

Handwritten signature and initials in blue ink.

**CONTRATO PARA A GESTÃO DA ESTRATÉGIA DE  
DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA (DLBC)  
DO  
GRUPO DE AÇÃO LOCAL (GAL)  
GAL RURAL – DOURO HISTÓRICO - ASSOCIAÇÃO DO DOURO HISTORICO**

Considerando que:

- i. Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) constituem uma contribuição fundamental para a recuperação económica e estrutural do país, consagrada no Acordo de Parceria que Portugal assinou com a Comissão Europeia, onde foram adotados os princípios de programação da «Estratégia Europa 2020» e políticas de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial.
- ii. A aplicação dos FEEI em Portugal está subordinada às prioridades de promoção da competitividade e internacionalização da economia, de formação de capital humano, de promoção da coesão social e territorial, da reforma do Estado, no quadro do desenvolvimento sustentável e das exigências do processo de consolidação orçamental.
- iii. As Estratégias Territoriais previstas no Acordo de Parceria configuram um contributo muito relevante para o reforço da dimensão territorial da Estratégia Europa 2020.
- iv. Em concreto, o Acordo de Parceria propõe, para o período 2014-2020, potenciar a experiência de ciclos de programação anteriores na promoção de abordagens integradas de cariz *bottom-up*, promovidas pelas comunidades locais, com especial destaque para a abordagem LEADER, através da mobilização do instrumento regulamentar Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).
- v. Ainda segundo o Acordo de Parceria, o instrumento DLBC pretende dar resposta aos elevados níveis de desemprego e aos crescentes índices de pobreza, através da dinamização económica local, da revitalização dos mercados locais e da sua articulação com territórios mais amplos e, em geral, da diversificação das economias locais, do estímulo à inovação social e à busca de novas respostas a problemas de pobreza e de



exclusão social em territórios desfavorecidos em contexto urbano e em territórios rurais ou costeiros economicamente fragilizados ou de baixa densidade populacional.

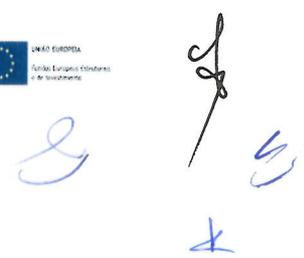
- vi. O instrumento DLBC, nos termos definidos no artigo 66.º do DL n.º 137/ 2014, de 12 de setembro, corresponde à materialização das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) que se pretendem integradas e multissetoriais para a promoção do desenvolvimento local e que se destina a responder aos objetivos e necessidades de um determinado território, sendo concebidas e executadas pelas comunidades locais organizadas em Grupos de Ação Local (GAL).
- vii. O processo de lançamento do instrumento DLBC envolveu duas fases, organizadas através de concurso e convite conjuntos das Autoridades de Gestão envolvidas no financiamento deste instrumento, que integraram a respetiva Comissão de Avaliação: a primeira fase, através de concurso, relativa à pré-qualificação das parcerias e a segunda fase, através de convite, relativa à seleção das Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) e reconhecimento dos Grupos de Ação Local (GAL).
- viii. A seleção da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) e o reconhecimento do GAL Rural – DOURO HISTORICO – Associação Douro Histórico foi concluído em 23 de novembro de 2015, por decisão da Comissão de Avaliação constituída para o efeito.

é celebrado o presente contrato entre:

Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020, neste ato representada por Patrícia Cotrim que outorga na qualidade de Gestora da Autoridade de Gestão, nos termos previstos no Despacho n.º 13279-F/2014, de 31 de outubro;

Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020, neste ato representada pelo Presidente da Comissão Diretiva, Emídio Gomes, nos termos previstos no n.º 2 do mapa VI da Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 11 de dezembro, publicada no Diário da república, 1.ª Série, n.º 242, de 16 de dezembro de 2014 e no Despacho n.º 10583/2013, de 14 de agosto, da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território;





E o,

Grupo de Ação Local Rural – GAL DOURO HISTORICO (DOURO HISTORICO) neste ato representado pela Associação Douro Histórico - DOURO HISTORICO, que outorga na qualidade de Entidade Gestora, pessoa coletiva nº 502577916, com sede na Rua das Eiras, S/N, 5060-320 Sabrosa, neste ato representada por Alberto Monteiro Pereira, na qualidade de Presidente da Direção e por José Manuel de Carvalho Marques, na qualidade de Tesoureiro da Direção;

O presente contrato rege-se pelo disposto nas cláusulas seguintes e nos documentos anexos, que dele fazem parte integrante:

### **Cláusula 1ª**

#### **Objeto**

O contrato para a gestão da estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), adiante designado de contrato, é celebrado ao abrigo do artigo 66º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, e define, em complemento à aplicação da regulamentação comunitária e nacional aplicável, os termos e condições em que as Autoridades de Gestão dos Programas financiadores apoiam a Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL), nos termos do Anexo 1, acordada com a DOURO HISTORICO, e os compromissos desta entidade em termos de investimentos, metas e resultados a alcançar no território constante do Anexo 2.

### **Cláusula 2ª**

#### **Dotação financeira**

1. Para o financiamento da Estratégia de Desenvolvimento Local, as Autoridades de Gestão dos Programas financiadores asseguram para o período de vigência dos Programas um apoio global de Fundo que totaliza 5.422.057,78 euros.
2. A Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020 assegura um apoio de 3.273.356,78 euros do FEADER, para participar os projetos enquadrados nas Medidas previstas no Anexo 3.
3. A Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 assegura um apoio de 805.763,00 euros FEDER e de 1.342.938,00 euros FSE, que totalizam um





montante de 2.148.701,00 euros para participar os projetos enquadrados nas tipologias de ação das prioridades de investimento previstas no Anexo 3.

### **Cláusula 3ª**

#### **Metas, resultados, acompanhamento e avaliação**

1. A DOURO HISTORICO compromete-se a contribuir para o cumprimento das metas dos Programas financiadores através das metas dos indicadores de realização e dos indicadores de resultado associados às medidas e tipologias de operações/prioridades de investimento contratualizadas, previstas no Anexo 3.
2. Nos termos do n.º 9 do artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, o contrato é objeto de avaliação intercalar em 2019, podendo ser alvo de revisão, em sentido decrescente ou crescente, ou rescisão em função do grau de concretização das metas previstas para 2018 nos indicadores de realização e resultado, nos termos a definir na operacionalização do quadro de desempenho do Portugal 2020 e dos seus programas.
3. A DOURO HISTORICO, conforme estabelecido na regulamentação comunitária e nacional aplicável, compromete-se a responder atempadamente a todas as solicitações das entidades europeias, nacionais e dos Programas financiadores, nomeadamente relacionadas com os processos de acompanhamento, monitorização e avaliação.
4. De forma autónoma à avaliação referida no número 2 da presente cláusula, a DOURO HISTORICO compromete-se a realizar uma avaliação intercalar de operacionalização e dos primeiros resultados da implementação do contrato, a concluir até ao final do primeiro trimestre de 2019, com referência a 31 de dezembro de 2018.

### **Cláusula 4ª**

#### **Vigência**

O presente contrato produz efeitos na data da sua assinatura, sendo válido enquanto vigorarem os Programas financiadores e não for denunciado por algum dos subscritores, nos termos acordados na adenda ao contrato ou no protocolo de articulação funcional referidos na cláusula seguinte.



### Cláusula 5ª

#### Elementos integrantes do contrato

1. As competências delegadas, bem como os restantes direitos e deveres da DOURO HISTORICO, serão objeto de adenda ao presente contrato ou de protocolo de articulação funcional, a outorgar com cada uma das Autoridades de Gestão dos Programas financiadores.
2. No caso da delegação de competências enquanto organismo intermédio pela Autoridade de Gestão do Norte 2020, ocorrerá na sequência da homologação prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro.
3. Fazem ainda parte integrante do contrato os seguintes anexos:

Anexo 1: EDL aprovada pela Comissão de Avaliação.

Anexo 2: Território de intervenção.

Anexo 3: Quadro de financiamento por Fundo e Prioridade de Investimento/ Medida e Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do contrato (realização e resultado) para 2018 e 2023

Ponte de Sor, em 27 de janeiro de 2016

*Feito em triplicado, o presente Contrato é assinado pelas partes valendo estes exemplares como originais.*



A Gestora do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020



Patrícia Cotrim

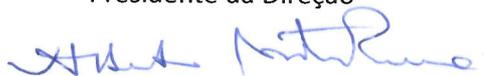
O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020



Emídio Gomes

O Grupo de Ação Local Rural - GAL DOURO HISTORICO - Associação Douro Histórico

Presidente da Direção



Alberto Monteiro Pereira

Tesoureiro da Direção



José Manuel de Carvalho Marques



4  
2  
3

# ANEXO 1



## Comprovativo da Candidatura DLBC 2ª Fase DLBC-99-2015-02-050

### Caracterização do Promotor

#### Aviso

<b>Código</b>	<b>Designação</b>
DLBC-99-2015-02	DLBC 2ª fase – Período para submissão dos ajustamentos às candidaturas, conforme decisão da Comissão de Avaliação dos DLBC de 27/11/2015

#### **Programa Operacional**

Desenvolvimento Local de Base Comunitária

#### **Eixo Prioritário**

Não aplicável

#### **Objetivo Temático**

Não aplicável

#### **Prioridade de Investimento**

Não aplicável

#### **Tipologia de intervenção**

Não aplicável

#### **Plano Estratégico**

### Identificação do Promotor

#### **NIF**

502577916

#### **Nome ou Designação Social**

ASSOCIAÇÃO DO DOURO HISTORICO

#### **Morada (Sede Social)**

SABROSA

#### **Código Postal**

5060-000

#### **Localidade**

SABROSA

#### **NUT III**

Douro

#### **NUT II**

Norte

#### **Telefone**

259931160

#### **E-mail**

geral@dourohistorico.pt

#### **Telefax**

\*



259931161

**URL**

**Tipologia de Beneficiário**

<http://www.dourohistorico.pt>

Agências e associações de desenvolvimento regional e local

**Identificação do Responsável Técnico da Operação**

**Nome Responsável**

Maria Manuela Cascão Rei Pires

**Telefone Responsável**

259931160

**Cargo Responsável**

Coordenadora

**Telemóvel Responsável**

936162141

**Serviço/Departamento**

Coordenação

**Email Responsável**

[geral@dourohistorico.pt](mailto:geral@dourohistorico.pt)

**Email Alternativo**

[manuelapires@dourohistorico.pt](mailto:manuelapires@dourohistorico.pt)

**Experiência da Parceria**

**Experiência da parceria na implementação de estratégias de desenvolvimento**

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização de fundos em quadros anteriores, incluindo os resultados alcançados]

O GAL é a entidade responsável pela implementação do eixo 3 do PRODER no Douro Norte (Abordagem LEADER) e é, enquanto promotor, responsável por inúmeras iniciativas em parceria com os diferentes parceiros do GAL com intervenção direta no território, bem como com outros GAL, mormente da região do Douro.

Iniciou a sua actividade em 1991 e ao longo destes 23 anos de existência, as atividades desenvolvidas pelo Douro Histórico têm vindo a ser paulatinamente incrementadas e diversificadas, adequando as áreas de intervenção de acordo com as necessidades do território e as estratégias de desenvolvimento preconizadas para o mesmo.

Em resumo o trabalho esquematiza-se nas seguintes actividades: conceção de EDL e Planos de Ação; Gestão e implementação de Programas e Projetos comunitários e nacionais; Divulgação, informação e apoio técnico sobre Programas e apoios em vigor e articulação/colaboração com outras entidades regionais; Receção, análise e Apoio Financeiro, acompanhamento técnico a Projetos de Investimento; Formação Profissional; Promoção e Divulgação do Território; Elaboração de projectos; Cooperação Nacional e Transnacional (Espanha, França, Itália, Grécia, Polónia, Hungria, Cabo Verde, Moçambique, Uruguai, Brasil). Para além das atividades associativistas intrínsecas à organização, destaca-se na qualidade de Grupo de Ação Local (GAL) a gestão dos programas LEADER I, LEADER II, LEADER + e ABORGAGEM LEADER e como promotora de iniciativas Projetos no âmbito da Cooperação Leader; AGRIS; Luta contra a Pobreza; CLDS; CETS; Bolsa de Terras; Projeto Q3 – Qualificar o 3º Setor; UNIVA; POEFDS; ACVER; INTERREG IIIC, Estágios Profissionais.

Em termos globais e em todo este período, a Associação promoveu diretamente e foi responsável pela aplicação no território de cerca de 34 milhões de euros de Investimento Total repartido aproximadamente por 400 programas/projectos em áreas, entre outras, como o turismo, património edificado, ambiente e cultura, produtos locais, economia social, empresarial, cooperação na promoção e valorização do território e dos produtos locais e internacionalização dos mesmos. Como entidade parceira tem vindo a colaborar com outras iniciativas das quais se destaca a Rede Empreendedouro, a Rede do Museu do Douro, Aldeias de Portugal, Sementes de Futuro, CETS dos Parques do Norte.

Em paralelo a parceria instalada, associados e não associados, na sua maioria detêm experiência na gestão de fundos como beneficiários em projectos apoiados em quadros anteriores e que por sua actividade e relevância a aplicação tem um âmbito territorial. Como exemplo temos a UTAD na área da I&D entre outras, o Museu do Douro na área cultura e do património, a Nervir no sector empresarial e das actividades económicas, a CAP e as Associações de Agricultores e Cooperativas no sector agrícola, o Turismo do Norte no sector turístico, os CLAS na área social, o IEFP na formação profissional.

No respeitante à Abordagem Leader que agora termina alguns resultados podem já ser referidos: Nº de postos de trabalho criados: 67, Nº TER criadas: 16, Nº de camas: 192, Criação/requalificação de centros de recepção e acolhimento turístico: 2, Apoio à criação de Microempresas: 23, Apoio à comercialização e promoção dos produtos locais: 1, Recuperação e adaptação de edifícios a novas funções: 7, Preservação e valorização do património ambiental: 2, Melhoria da qualidade de vida: 26.

## Entidades

NIF	Designação	Data da Constituição	Data Início da Atividade	CAE	Tipo
506862763	Município de Murça	01/01/1986	01/01/1986	84113	Publica
502866896	EAPN - REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA/PORTUGAL, ASSOCIAÇÃO	17/12/1991	17/12/1991	94995	ONG - Organização Não Governamental
506859487	Município de Alijó	01/01/1986	01/01/1986	84113	Publica
506239918	União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Vila Real		20/01/2004	85324	Privada

k

506829138	Município de Santa Marta de Penaguiã	01/01/1986	01/01/1986	84113	Pública
506829260	Câmara Municipal de Peso da Régua	01/01/1986	01/01/1986	84113	Pública
503573400	C.G.E.A. VALE DA PORCA - CENTRO DE GESTÃO DE EMPRESA AGRÍCOLA DO VALE DA PORCA	22/09/1995	20/12/1995	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
506840328	Câmara Municipal de Mesão Frio	01/01/1986	01/01/1986	84113	Publica
510677509	AETUR - ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS TURÍSTICOS DO DOURO E TRÁS-OS-MONTES	24/04/2001	24/04/2001	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
508945283	3 Vitorias Viagens e Turismo Lda	28/04/2009	28/04/2009	79110	Privada
504698028	Cenários D'Ouro- Operador Turístico do Douro e Trás-os-Montes, S. A.	01/01/1999	01/01/1999	79120	Privada
504759361	Urze-Companhia Profissional de Teatro, CRL	15/09/2000	10/05/2001	90010	Associação Privada
507693671	FUNDAÇÃO MUSEU DO DOURO	23/03/2006	23/03/2006	91020	Fundações Públicas
504395319	ATA - ASSOCIAÇÃO DO TURISMO DE ALDEIA	27/05/1999	27/05/1999	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
500032335	ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA - CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA (AIP-CCI)	28/01/1837	01/01/1900	94110	Outras associações não enquadráveis nas opções anteriores
500989524	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE VILA REAL	10/01/1907	09/09/1998	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
501245502	ACIR-Associação Comercial e Industrial dos Concelhos do Peso Da Régua, Santa Marta de Penaguião e Mesão Frio	06/03/1874	01/01/1985	94110	Associação Privada
500008590	Adega Cooperativa de Mesão Frio C.R.L	07/07/1950	07/07/1950	11021	Cooperativa Privada
500008906	Adega Cooperativa de Vila Real, Caves Vale do Corgo, CRL	01/01/1955	01/01/1955	11021	Cooperativa Privada
503782939	Centro De Gestão da Empresa Agrícola do Baixo Corgo	26/08/1996	01/01/1997	70220	Associação Privada
500008752	Adega Cooperativa de Sabrosa CRL	30/07/1958	01/10/1960	11021	Cooperativa Privada

500076057	Caves Vale Do Rodo, CRL	26/06/1950	25/09/1950	11021	Cooperativa Privada
500968101	Adega Cooperativa de Murça, CRL	12/11/1963	01/01/1965	11021	Cooperativa Privada
504685376	Centro De Gestão Agrícola do Cima Corgo	12/10/1999	05/04/2002	94995	Associação Privada
504039210	ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO VALE DO DOURO - NORTE	04/06/1997	04/06/1997	94110	Outras associações não enquadráveis nas opções anteriores
502124113	ACM- Associação de Criadores do Maronês	30/09/1988	10/05/1989	91333	Associação Privada
501176080	INSTITUTO DOS VINHOS DO DOURO E DO PORTO, I.P.	22/08/1936	22/08/1936	84130	Escola Profissional Pública
503832570	CENTRO DE GESTÃO DE EMPRESA AGRÍCOLA ALTC DOURO	03/09/1996	17/02/1997	94995	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
503486710	Centro de Gestão da Empresa Agrícola Do Marão	07/09/1995	29/07/1996	94995	Associação Privada
504537822	Escola Profissional do Marquês de Valle Flor, Lda	29/07/1999	30/08/1999	85591	Empresa Privada
510166822	FUNDAÇÃO SALESIANOS	20/01/2012	31/01/2012	85593	IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social (Inclui instituições equiparadas a IPSS e União das IPSS)
504214497	CENTRO DE PROMOÇÃO EDUCATIVA E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	25/08/1997	15/06/1998	85593	Agências e associações de desenvolvimento regional e local
600076652	Agrupamento de Escolas D. Sancho II, Alijó	01/01/2003	01/01/2003	80211	Pública
600076237	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MIGUEL TORGA, SABROSA	01/10/1982	01/10/1982	85202	Estabelecimentos de Ensino Público - Agrupamentos de escolas
600076300	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PROFESSOR ANTÓNIO DA NATIVIDADE, MESÃO FRIO	26/06/2003	01/10/1972	85310	Estabelecimentos de Ensino Público - Agrupamentos de escolas

502280271	NERVIR - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL	05/05/1989	06/04/1990	94110	Associação empresarial (sem fins lucrativos)
600077047	Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião	01/01/1975	01/01/1975	80211	Estabelecimentos de Ensino Público - Agrupamentos de escolas
501345361	UNIVERSIDADE DE TRAS OS MONTES E ALTO DOURO	14/09/1979	14/09/1979	85420	Estabelecimento de Ensino Superior Público - Instituições de Ensino Universitário
507956109	Associação Protecção Animal de Vila Real	25/01/2008	25/01/2008	94995	Associação Privada
506824942	MUNICÍPIO DE SABROSA	13/01/1930	14/01/1930	84113	Autarquias Locais
501145281	Cooperativa Agrícola dos Olivicultores de Murça, CRL	01/07/1956	01/08/1956	10412	Cooperativa Privada
501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	29/12/1979	29/12/1979	84130	Institutos Públicos
500122237	Fundação INATEL	13/06/1935	13/06/1935	94995	Fundação Pública

## Caracterização do DLBC

### Identificação da área de intervenção do Pacto

**NUTS III**

Douro

**Grupo Ação Local**

Rural

**Localizações**

NUTS2	NUTS3	Concelho	Freguesia	Percentagem
Norte	Douro	Alijó		24,52%
Norte	Douro	Mesão Frio		2,20%
Norte	Douro	Murça		15,60%
Norte	Douro	Peso da Régua		7,82%
Norte	Douro	Sabrosa		12,93%
Norte	Douro	Santa Marta de Penaguião		5,71%
Norte	Douro	Vila Real		31,22%

## Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

### Situação atual do território

O território da ADH é composto por mais de 105 mil residentes, que equivale a 2,8% da NUT II Norte. No contexto da NUT III Douro, o território da ADH assume um peso expressivo, concentrando 51% da população residente. O território é fortemente polarizado por Vila Real, que registou um crescimento populacional no período intercensitário 2001-2011 (cerca de 4%), contrastando com a dinâmica de regressão dos restantes concelhos, com destaque para Murça, Santa Marta de Penaguião e Alijó que perderam mais de 10% do efetivo populacional. Ainda assim, importa assinalar o abrandamento da dinâmica de atração do concelho de Vila Real, face ao período de 1991-2001 (8%), o que demonstra a perda de influência regional, sobretudo para concelhos da AMP.

O número de residentes no território da ADH com idade de 65 ou mais anos (21%) supera o número de residentes com idade compreendida entre 0 e 14 anos (11%). A população idosa nos concelhos de Alijó, Murça e Sabrosa representa quase 30% da população total. O fenómeno de envelhecimento é menos vincado nos concelhos mais urbanos – Vila Real (18%) e Peso da Régua (20%). Cerca de 50% da população residente possui o 1.º ciclo do ensino básico, um valor inferior aos referenciais da NUT II Norte (46%) e de Portugal (44%). Santa Marta (61%), Alijó (60%), Sabrosa (60%), Murça (58%) e Mesão Frio (58%) são os concelhos que mais contribuem para esta dinâmica. Por outro lado, 12% da população no território da ADH possui o ensino superior e pós-secundário, valor acima do referencial da NUT II Norte, sendo Vila Real o que mais se destaca (17%). O abandono escolar tem vindo a abrandar consideravelmente ao longo dos últimos três momentos censitários, na NUT III Douro (-16%), e com particular incidência em Santa Marta de Penaguião (-21%), Mesão Frio (-21%) e Peso da Régua (-18%).

Em 2013, os concelhos da ADH apresentam uma taxa média de desemprego na ordem dos 12% (IEFP), valor acima do referencial nacional e alinhado com a NUT II Norte, com Mesão Frio a assumir uma taxa de desemprego particularmente preocupante (16%). O território da ADH possui cerca de 10 mil empresas, resultado de uma variação positiva de 8% entre 2004 e 2011, embora com uma quebra entre 2008 e 2011 de 5,5%. Os concelhos mais urbanos - Peso da Régua (-8,5%) e Vila Real (-7,5%) foram mais afetados, observando-se uma dinâmica favorável e de resiliência em alguns concelhos de matriz rural, como Alijó e Mesão Frio.

O tecido empresarial do território da ADH revela uma forte atomização, sendo maioritariamente composto por microempresas, como sucede no país, ligadas, sobretudo, ao comércio, serviços e agricultura, muitas de base familiar, cuja escala de intervenção é sobretudo local. As organizações com maior dimensão e peso no emprego pertencem à administração pública, em particular no Peso da Régua e Vila Real. O emprego é polarizado por Vila Real que capta cerca de 58,7% dos efetivos, juntamente com Peso da Régua (15,2%), e justifica-se pela presença de uma rede de serviços às empresas, saúde, educação, cultura e justiça. A especialização regional das exportações demonstra o potencial associado às fileiras do setor agroalimentar, apesar do decréscimo entre 2001 e 2011, a par da agricultura e da silvicultura, que evidencia uma performance superior ao padrão nacional. A base endógena surge destacada e reforçada neste âmbito, constituindo-se como motor de desenvolvimento económico e social da região. Os concelhos da ADH possuem quinze unidades hoteleiras classificadas (dados de 2014), metade destas localizadas em Alijó.



Peso da Régua e Vila Real captam 40% das unidades e possuem o maior número de quartos disponíveis (83%). No território estão registadas 26 unidades de turismo rural, sendo que 35% correspondem à tipologia de turismos rurais, 23% a turismos de habitação, 23% a casas de campo e 19% a agroturismos. À imagem de outras regiões e do país, o Douro apresenta uma forte sazonalidade da procura turística (40% das dormidas entre julho e setembro), que se combina com uma estada média de hóspedes estrangeiros (abaixo dos dois dias), inferior ao referencial da NUT II Norte (2 dias) e de Portugal (cerca de 3,5 dias) e que recomenda a necessidade de reforçar a aposta na criação de produtos turísticos mais atrativos. Com efeito, a ausência de estruturas especializadas que sirvam de facilitadores para os turistas e visitantes foi um dos aspetos mais referidos na auscultação efetuada aos diferentes agentes e empresários do setor na região. A agricultura é um dos setores de maior relevância para o desenvolvimento económico do território do DH, tanto por razões históricas e culturais, como por motivos ligados com o potencial das explorações. Não obstante, entre 1999 e 2009 registou-se uma redução do número de explorações agrícolas (cerca de 19%), bem como da superfície agrícola utilizada (-3%), acompanhando a tendência da NUT II Norte. Por outro lado, a área média das explorações aumentou, por via da agregação/aglomeração de diferentes propriedades, o que constitui uma vantagem de posicionamento de mercado. Um dos desafios do território do DH prende-se com a renovação da população agrícola, uma vez que se registou uma diminuição dos produtores autónomos e cerca de 45% tem 65 anos ou mais. As culturas permanentes, fortemente enraizadas na região, onde se destaca a vinha, com a produção de vinhos de mesa, licorosos e generosos, representam uma alavanca crucial da região. O papel histórico, cultural e identitário da vinha, e como base para o desenvolvimento local, foi reconhecido ao mais alto nível – a região foi classificada como património mundial pela UNESCO, considerando a relação existente entre os métodos produtivos e a paisagem viva e evolutiva duriense. A região detém, também, outros ativos como o olival (produto em grande expansão) e a amêndoa, produtos reconhecidos pela sua qualidade e projeção ao nível interno e externo, sendo, todavia, necessário promover a organização e estruturação das fileiras. A floresta tem uma grande importância na estrutura territorial, desde logo por 50% do território da ADH estar classificado como florestal e cerca de 60% desse solo corresponder à tipologia “florestas abertas, vegetação arbustiva e herbácea”. De acordo com a Associação Florestal do Vale do Douro Norte (AFVDN) existem neste território três Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), criadas em 2007: ZIF Alijó Norte; ZIF Sabrosa; e ZIF Jou e Valongo de Milhais. Os recursos cinegéticos são um ativo estruturante do território do Douro Histórico, muitas vezes interligados com o turismo e a visitação, permitindo esbater os fenómenos de sazonalidade. O território do DH possui atualmente 39 zonas de caça, sendo que Vila Real possui o maior número de ZC (17), seguido de Murça (8) e Peso da Régua (5). Cerca de 70% das zonas de caça classificadas são municipais e apenas 30% são de iniciativa de associações de caçadores. A pecuária é fundamental para o desenvolvimento dos territórios rurais, pelo seu papel na produção de matérias primas, sobretudo para as fileiras agroalimentares. No território da ADH o efetivo animal reduziu-se expressivamente (-35%), entre 1990 e 2009, em particular no concelho de Vila Real (-25%), que concentra mais de 50% do efetivo animal do território, seguido de Murça (-17%) e Alijó (-16%). As espécies mais relevantes são os ovinos (43%), seguido dos caprinos (26%) e dos bovinos (20%). A maior redução no seu efetivo ocorreu nos suínos (-75%), com destaque para Vila Real, em que o efetivo diminuiu 70%. Nas colmeias e cortiços verificou-se uma diminuição bastante expressiva (cerca de 60%), em particular em Vila Real e Santa Marta de Penaguião. A diminuição do efetivo animal do território da ADH é superior aos referenciais da NUT II Norte e do país, e resulta do progressivo abandono da atividade agrícola, do envelhecimento da população, do desenvolvimento de métodos mais intensivos de produção, da dificuldade de organização das fileiras para obtenção de escala e da dificuldade em promover a reconversão/modernização das explorações. O DH possui uma matriz territorial eminentemente rural, de baixa densidade demográfica e do edificado, marcado pela presença de focos de urbanidade com diferentes graus de ocupação e dimensão. Não obstante o peso relevante do eixo urbano Peso da Régua-Vila Real é de salientar a “expressão” urbana mais significativa da cidade de Vila Real, à escala regional, enquanto polo urbano de hierarquia e relevância à dimensão da NUT II Norte, captando funções urbanas de base social, empresarial, educativa e cultural que reforçam a sua influência. Esta influência tem reflexos sobre a dinâmica de ocupação e transformação do solo, levando a que o concelho de Vila Real evidencie um crescimento significativo (cerca de 150%) do solo urbano, entre 1990 e 2006, anos em que se verificou o aumento exponencial do licenciamento urbanístico. Esta dinâmica é fortalecida pelo efeito polarizador exercido pela cidade através da sua bacia de emprego, pela proximidade a uma rede de equipamentos e serviços e, em particular, pela UTAD. O Douro apresenta condições ímpares para o desenvolvimento do turismo de natureza, aliado à tranquilidade e segurança, à hospitalidade, à gastronomia, à cultura local e eventos. O território de intervenção da ADH possui a Área Protegida do Alvão e o Sítio da Rede Natura 2000 Alvão/ Marão (PTCON0003). Vila Real e Santa Marta de Penaguião possuem, no quadro do DH, uma maior área afeta a estas diretrizes ambientais e paisagísticas, seguidos por Peso da Régua e Mesão Frio. O território da ADH possui um conjunto bastante expressivo de bens imóveis e culturais, que corresponde a cerca de 11% dos

imóveis classificados na NUT II Norte, para o qual contribuem os bens imóveis de Vila Real, Peso da Régua e Sabrosa. O povoamento do território ligado à ocupação pré-histórica, romana, muçulmana e cristã, levou à construção e ao “erguer” de um extenso património como capelas, pontes, calçadas, castelos, mosteiros, igrejas, casas senhoriais, aldeias e vilas, que representam um verdadeiro “tesouro” que é possível descobrir e desvendar. O potencial associado ao turismo histórico cultural (ou monumental) encontra-se bem patente na abordagem preconizada pelo PENT (2007-2013) que aponta o Douro como uma realidade territorial marcada pela fisionomia da paisagem, pelo modelo de povoamento e pelos valores monumentais e arquitetónicos que aí se integram, em plena relação com o património vitivinícola e a extensa rede de quintas vinhateiras.

## **Análise SWOT**

### **Principais Oportunidades**

Valorização da certificação de produtos locais de qualidade  
Procura crescente e reconhecimento do destino Douro  
Crescimento do enoturismo  
Universidade com experiência na realização de projetos de desenvolvimento rural e comunitário  
Instrumentos financeiros e mecanismos de apoio à valorização dos recursos endógenos  
Exportação de produtos endógenos para mercados alargados ou nichos específicos  
Promoção de atividades de animação turística nos aglomerados rurais

### **Principais Pontos Fortes**

Relação com o rio Douro  
Integração na Região Demarcada do Douro, património mundial  
UTAD como polo de apoio ao desenvolvimento  
Qualidade e variedade dos produtos endógenos e da gastronomia  
Vinhos de qualidade, com projeção internacional  
Forte identidade cultural  
ZIF e zonas de Caça  
Bons eixos rodoviários de relação externa  
Aeródromo ativo  
Terceiro setor gerador de emprego  
Experiência das organizações sociais no trabalho com diferentes públicos

### **Desafios e Fatores Críticos de Sucesso**

### **Principais Ameaças**

Forte dependência da fileira do vinho  
Despovoamento e envelhecimento da população  
Desflorestação e degradação do suporte biofísico e paisagístico  
Incêndios florestais  
Perda do saber/conhecimento ligado a artes e ofícios e às atividades tradicionais  
Desemprego  
Pobreza e exclusão social  
Abandono e insucesso escolar

### **Principais Pontos Fracos**

Poucos estabelecimentos turísticos e desatualização dos serviços de apoio ao turismo  
Débil promoção da região no exterior  
Dimensão e baixos níveis de inovação empresarial  
Baixo nível de qualificação escolar e profissional da população  
População agrícola envelhecida  
Debilidades na organização e planeamento da fileira agrícola  
Degradação de eixos viários internos  
Deficiente organização dos transportes públicos  
Deficit de respostas sociais



O quadro de orientações do Acordo de Parceria – Portugal 2020, preconiza que as intervenções de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) visam dar resposta “aos elevados níveis de desemprego e índices de pobreza, através da dinamização económica local, da revitalização de mercados locais e da sua articulação com território mais amplos e, em geral, da diversificação das economias locais, do estímulo à inovação social e à busca de novas respostas a problemas de pobreza e de exclusão social (...)”. Neste contexto, e em articulação com a EIDTRD 2020, a ADH assume como grandes desafios para o horizonte 2020:

“Combater os elevados níveis de desemprego, a pobreza e a exclusão social promovendo a diversificação económica dos produtos e recursos locais através da inovação social, do empreendedorismo e da dinamização de iniciativas empresariais”. A superação dos desafios está ancorada no desenvolvimento dos seguintes fatores críticos de sucesso: O desafio da “valorização económica dos recursos endógenos e da sua afirmação em diferentes segmentos de mercado” – que se sustenta no legado histórico associado à exploração dos recursos do território. Neste quadro, constituem-se como fatores críticos de sucesso a consolidação e reforço do posicionamento que a região detém nos mercados interno e externo, bem como a promoção de parcerias efetivas entre empresas e instituições produtoras de conhecimento para o desenvolvimento dos fatores de inovação e diferenciação que possam tornar mais competitivos os produtos locais.

O desafio da “internacionalização da região por via da oferta turística” suportada em produtos turísticos competitivos, orientados para diferentes necessidades da procura. Assumem-se como fatores críticos de sucesso a organização e qualificação da oferta turística, apostando na qualidade, e a atuação em rede dos diferentes agentes para a obtenção de escala e para a construção de produtos integrados que se mostrem capazes de atenuar a forte sazonalidade que se regista no território.

O desafio da “inclusão social e da igualdade de oportunidades”, com particular incidência no desenvolvimento das condições que promovam o emprego e empregabilidade, o combate à pobreza e exclusão social, a qualificação da população e indução dos mecanismos de participação ativa na sociedade da população do Douro Histórico. Constituem-se como fatores críticos de sucesso a promoção do acesso igualitário aos serviços públicos, a implementação de medidas de proteção dos idosos e de promoção do envelhecimento ativo, o aumento do nível habilitacional da população residente, o combate ao abandono e ao insucesso escolar, bem como o desenvolvimento de oportunidades de integração da população desempregada, a sua qualificação e reintegração, a reconversão de competências e o desempenho de um papel ativo na sociedade. O desafio da “preservação do património natural” que a presença de um acervo ambiental ímpar implica. A implementação de medidas de proteção e salvaguarda do território através de uma gestão cuidada, rigorosa e monitorizada, em articulação com a sua valorização económica, quer por via das atividades agrícolas, quer por via das atividades turísticas constitui-se como um fator crítico de sucesso. O desafio de uma “governança em rede assente em parcerias robustas” pela necessidade de concertação de diferentes visões e interesses na região, construindo um caminho sobre o que já foi realizado para alavancar e dinamizar os projetos fundamentais para o território

## **Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL)**

### **Objetivos e vocação específica do DLBC**

A Associação Douro Histórico, enquanto entidade ligada às políticas de desenvolvimento local da região do Douro, iniciou o desenvolvimento de uma estratégia de base territorial para o Portugal 2020, tendo em vista responder aos desafios sociais, económicos, culturais e ambientais do território.

O desenvolvimento e construção desta estratégia foi encarada como um processo, que teve na sua base vários momentos de auscultação de atores locais, ligados aos mais variados setores, que tiveram um papel decisivo na definição das opções estratégicas da EDL.

A DLBC Rural possui uma ambição firmada, de médio e longo prazo, para o seu território. Esta ambição foi definida considerando as potencialidades e ameaças da área de intervenção. O combate à dinâmica da exclusão social da pobreza são desígnios basilares que são essenciais implementar num território marcado por fortes traços de ruralidade e que enfrenta a problemática do despovoamento e envelhecimento.

A Visão incorpora igualmente uma ambição centrada no desenvolvimento da economia local, na promoção do emprego e na geração de riqueza. A atração e captação de novos residentes e de novas atividades é absolutamente fundamental para que este território consiga sobreviver e, conseqüentemente, procurar convergir para patamares mais próximos das médias nacionais.

A tônica de desenvolvimento deverá preferencialmente ser centrada em torno da valorização e qualificação dos ativos fundamentais do território – os recursos endógenos locais, que se afirmam como elementos

“chave” para a promoção da competitividade da economia local e do combate às assimetrias regionais. O território da Douro Histórico deverá primar pela proteção e valorização dos seus ativos ambientais e paisagísticos, considerando o grande significado associado ao património da humanidade, o Alto Douro Vinhateiro.

Assim, emerge a visão que se projeta para o território do Douro Histórico 2020:

“Douro Histórico, um território que reconhece que a cooperação e as parcerias territoriais são fortes instrumentos de mobilização social para o combate à exclusão social e pobreza, que colaboram para a promoção do emprego e que, através de iniciativas centradas nos recursos e produtos locais, reduz as assimetrias regionais para patamares mais próximos das médias nacionais”.

Os objetivos estratégicos, enquanto projeções de intenções de chegada, realizáveis, servem de ponto de referência para os projetos e ações a desenvolver e para os instrumentos de orientação que colaboram para concretizarem os resultados esperados.

As opções feitas por estes objetivos estratégicos estão suportadas no diagnóstico prospetivo e numa análise SWOT - apoiados num processo de participação alargada, nos desafios centrais para o desenvolvimento da região, no capital humano e ativos territoriais, na experiência de governação e gestão do GAL e nas orientações e prioridades nacionais e europeias.

Os objetivos estratégicos da DLBC Douro Histórico:

OE1. Promover a inclusão social e combater a pobreza através da inovação social e iniciativas locais para o emprego

Este objetivo procura mobilizar uma série de ações e instrumentos que contribuam para um desafio da região e do país: combater o desemprego, a pobreza e a exclusão social.

Mas este desafio, onde as diferentes situações de desemprego (longa e curta duração, jovens e adultos), deve ser, no fundamental, concretizado através da promoção de iniciativas locais de produção e comercialização dos produtos endógenos e recorrendo a iniciativas de inovação social que tenham, sempre, o emprego, como desígnio central.

A dimensão dos desafios associados ao despovoamento e às dinâmicas demográficas, não podem, nem devem, ser entraves às necessidades de se promoverem esforços redobrados de reverter a situação.

Também, neste desafio, que este objetivo estratégico mobiliza, as ações para a promoção do emprego são um dos caminhos pertinentes para reter recursos, competências e pessoas.

A associação de políticas públicas (incluindo os incentivos financeiros), consentâneas com as especificidades do território, e o envolvimento dos diferentes atores, com intervenção direta no emprego e empregabilidade, em particular as empresas e os empresários, são condições de partida para que este objetivo estratégico colabore para a concretização dos resultados esperados: combater a pobreza e o desemprego.

Este objetivo contribui para a prioridade de investimento 9.10 (Investimentos no contexto de DLBC's), do FEDER e encontra-se integrado com a prioridade 8a, “Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas”, do eixo prioritário 6 “Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores” do PO Norte.

OE2. Dinamizar iniciativas inovadoras diversificando e reforçando a viabilidade das explorações agrícolas O território de intervenção, profundamente rural, baixa densidade e de elevada riqueza nos seus produtos e tradições e valores, mobiliza o essencial deste objetivo estratégico: inovar e diversificar nos produtos, na organização e na comercialização.

A base económica da região (vinha, vinha, fileira agroalimentar e agricultura) será sempre o principal instrumento para “puxar para cima” o território que, associado aos recursos humanos e financeiros disponíveis (não só ao nível quantitativo mas, essencialmente, elegibilidades e tipologias) contribuirão para inverter a preocupante situação e concretizar resultados mobilizados por este objetivo estratégico.

Importa, ainda, considerar a necessidade de mobilizar neste objetivo a cooperação e densificação de cadeias produtivas que gerem riqueza e valor para as pessoas e para o território.

Este objetivo estratégico encontra-se ligado com o conjunto das medidas/ ações elencadas no contexto do FEADER e integra ainda a prioridade de investimento 9.10 (Investimentos no contexto de DLBC's), do FEDER, a qual relaciona-se com a prioridade 8a, “Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas”, do eixo prioritário 6 “Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores” do PO do Norte.

03. Promover o empreendedorismo, as microempresas e o autoemprego como instrumento de combate ao desemprego

Este objetivo estratégico mobiliza as diferentes ações e iniciativas que promovam o combate ao desemprego, através de um empreendedorismo que mobilize e ative energias humanas e empresariais que, envolvidos em processos de cooperação e rede, podem e devem concretizar os resultados previstos.

A inovação social e as “novas formas de fazer” deve seguir um caminho de “experimentação” (da fase piloto para a disseminação), que os atores devem percorrer, no sentido de encontrarem as melhores respostas

para os impactos e problemas, consequência das elevadas taxas de desemprego.

Este objetivo estratégico integra-se com a prioridade de investimento 9.6 (EDLBC) do FSE e relaciona-se com a prioridade 8iii, “Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras”, do eixo prioritário 6 “Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores” do POR Norte.

OE4. Promover o turismo rural apoiado num desenvolvimento sustentável (património, ambiente e natureza) que recorre à eficiência energética e energias renováveis

Mobilizar ações que promovam um turismo da natureza, aventura, cultural e religioso num território que tem “um bem”, reconhecido como património da humanidade (Alto Douro Vinhateiro/ADV), são desafios que colocam a necessidade de articular proteção e conservação, que qualifiquem o território, com iniciativas de desenvolvimento económico sustentáveis.

Os valores patrimoniais, culturais e ambientais, enquanto acervo e riqueza do território, têm de ser mobilizados para a atratividade e valorização económica do território mas os caminhos da sustentabilidade paisagista e ambiental devem ser trilhados e respeitados de acordo com os compromissos que o PIOT/ ADV consagra e que as diferentes entidades assumiram, junto das entidades da Unesco.

Os recursos mobilizados para a concretização deste objetivo devem ser geridos com um critério de salvaguarda do “bem” mas que aposte, de forma incisiva, na promoção da eficiência energética e nas energias renováveis, que permitam qualificar as aldeias e, nas ações e projetos que contribuam para uma resistência às alterações climáticas.

Este objetivo estratégico integra-se com a prioridade de investimento 9.10 (Investimentos no contexto de DLBC’s), do FEDER e encontra-se alinhado com a prioridade 6c, “Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural”, do eixo prioritário 4 “Qualidade Ambiental” do POR do Norte.

OE5. Promover e dinamizar ações de cooperação nacional e internacional e o trabalho em rede

Para a ADH, assente numa experiência de vários anos de gestão de iniciativas no território, este objetivo estratégico, de carácter transversal, é particularmente relevante para a concretização e mobilização dos outros objetivos e consequente concretização de resultados. Desde logo a cooperação e o alargamento das parcerias e redes regionais, a promoção e a partilha das “boas práticas”, a nível nacional e internacional, são iniciativas que têm permitido à ADL/Douro Histórico desenvolver e concretizar, ao longo dos anos, iniciativas de particular relevo e impactos na região.

Este objetivo mobiliza o envolvimento dos parceiros para a implementação e execução da EDL, apoiados em processos de participação ativos, onde todos se revejam e sejam corresponsabilizados pelos benefícios e pelos custos. Os caminhos do trabalho em rede e parceria têm evidenciado que, os resultados e os impactos das intervenções de desenvolvimento territorial, são mais favoráveis para as populações e para os parceiros. A cooperação intrarregional, nacional e internacional mobiliza intervenções temáticas que, de forma sintética, se podem enumerar: enoturismo, turismo cultural, dinamização e promoção conjunta dos produtos, captação de investimento, valorização ambiental e investigação aplicada à valorização dos produtos endógenos.

Persistir no caminho da capacitação institucional é reconhecer que só há bons projetos e bons resultados com boas lideranças e gestores qualificados locais. Este caminho não deve ser interrompido, bem pelo contrário, com outras metodologias e com outras abordagens que se apoiam e promovem o trabalho em rede, a partic

**Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto**

Todo o processo de definição e elaboração da EDL teve subjacente a participação activa e articulada dos agentes económicos do território com os quais o Douro Histórico interage. Assim durante o período de elaboração e definição da estratégia, a participação ativa dos parceiros deu-se a vários níveis: reuniões de parceria; Sessões de informação/ auscultação; workshops temáticos e sectoriais); reuniões de auscultação sectoriais; Assembleia-Geral onde os parceiros associados e não associados contribuíram e validaram a definição da estratégia. Este modelo é garante de uma ação participada e ativa na definição da EDL e agrega a ambição dos intervenientes com base na realidade social, económica e física do território.

Para a fase de execução, o GAL criou o Conselho Consultivo, que assegura a participação permanente de todos os parceiros associados e não associados. Este órgão, para além de ser um fórum de diálogo e cooperação, terá como principal missão: Realizar o acompanhamento e monitorização permanente da implementação da EDL; promover recomendações que contribuam para os ajustamentos à EDL; e participar como membro activo na política de avaliação da EDL definida.

Ao mesmo tempo, a Assembleia Geral, onde todos os parceiros associados têm assento, terá como função proceder à animação e acompanhamento da implementação da EDL, através da realização de fóruns subordinados ao progresso da implementação da EDL e sobre o cumprimento das metas propostas. A AG terá em consideração os pareceres e comunicações que possam ser emanados do CC e deliberará sobre os mesmos.

O OG, enquanto órgão executivo, assumirá a responsabilidade de operacionalizar e orientar a equipa técnica para a dinamização das actividades de acompanhamento e animação da EDL, garantindo que as orientações e os contributos da AG e do CC sejam integrados.

No que concerne ao modelo de animação e promoção de território, o princípio subjacente integrará a parceria instalada e também este será resultado de todos os contributos não só na identificação das ações como também na identificação das atividades que os parceiros poderão desenvolver a este nível e de acordo com as suas competências e atribuições. A participação dos parceiros será assegurada através da realização de protocolos de cooperação que prevêm que a realização dessas acções de animação e promoção do território decorram num modelo de co-organização entre o Douro Histórico e os diferentes parceiros sectoriais.

De forma permanente a comunicação com o território e os seus diferentes actores contemplará: Publicitação nos OCS regionais (Jornais e Rádios); URL: [www.dourohistorico.pt](http://www.dourohistorico.pt) e nas páginas dos parceiros do GAL; Edição semestral de newsletter (digital) com a evolução do programa e diversas outras rubricas sob o tema do DLBC; Organização de feiras setoriais e temáticas; Edição do Manual de Procedimentos e sua difusão pelos diferentes públicos-alvo; Avisos de concursos nos OCS; workshops temáticos; Material promocional dos eventos do território DLBC; Reuniões de parceiros; Avisos de abertura dos concursos; entre outras acções de divulgação da EDL no território como Eventos promocionais dos recursos endógenos do território (a realizar no território e no exterior – Portugal e estrangeiro) e a Promoção do Território / Captação de investimento em mercados emergentes e públicos-alvo definidos.

### Articulação da EDL com as EIDT NUTS III

A EDL do Douro Histórico tem um enquadramento pleno na Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da região do Douro (EIDT), partilhando uma multiplicidade de ambições que passam pela diversificação da base produtiva, qualificação territorial, proteção e valorização da paisagem e dos recursos naturais e culturais, promoção da eficiência energética e reforço da inclusão social por via do emprego local e dos serviços de proximidade.

Na análise da coerência e alinhamento entre os objetivos estratégicos (OE) da ADH com os eixos estratégicos de desenvolvimento vertidos na Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região do Douro 2014-2020 (EIDTRD2020), importa destacar as seguintes articulações:

O OE1 e OE3 da EDL do Douro Histórico articulam-se com o Eixo 3 da EIDT na medida em que se visa incrementar o empreendedorismo e a economia social; o OE3 correlaciona-se também com o Eixo 1, que encerra as preocupações relacionadas com o desenvolvimento do tecido empresarial do Douro e, conseqüentemente, com a dimensão e qualidade da bolsa de emprego local e capacidade do tecido produtivo atrair e fixar trabalhadores jovens e qualificados.

O OE2 e OE4 da EDL do Douro Histórico reflete, de forma muito clara, as ambições dos Eixos 1 e 2 de EIDT, partilhando o enfoque na agricultura e no turismo enquanto atividades com impacto em vários segmentos de afirmação da região (ambiental, económica, sociocultural e empresarial) e na valorização e gestão eficiente dos recursos naturais e paisagísticos ímpares e de grande relevo à escala mundial. Projetar os produtos endógenos para os mercados nacionais e internacionais, consolidar o Douro como destino turístico, proteger o extenso património natural e cultural da região por via da sua valorização turística, promover a implementação de soluções integradas e inovadoras de eficiência energética são apenas alguns dos objetivos dos Eixo 1 e 2 da EIDT que encontram eco na estratégia da EDL do Douro Histórico.

As duas estratégias partilham ainda objetivos transversais de reforço da cooperação ente atores e da governação em rede (OE5 da EDL e Eixo 4 da EIDT), fatores essenciais para a promoção do desenvolvimento de uma região que enfrenta os desafios associados ao despovoamento, à interioridade e à baixa densidade.

Afigura-se, também, essencial identificar as articulações dos objetivos estratégicos da EDL do Douro Histórico com o Plano de Ação da EIDT Douro, nomeadamente com os vários patamares de desenvolvimento (PD). Neste sentido importa destacar:

Os objetivos estratégicos 1 “Promover a inclusão social e combater a pobreza através da inovação social e iniciativas locais para o emprego”, 2 “Dinamizar iniciativas inovadoras diversificando e reforçando a viabilidade das explorações agrícolas” e 3 “Promover o empreendedorismo, as microempresas e o autoemprego como instrumento de combate ao desemprego” apresentam uma forte articulação com os patamares de desenvolvimento PD.4. “Plataforma de compromisso para um Douro Património Mundial Sustentável, PD.5. “Rede para uma região inclusiva e empreendedora”, PD.6. “Plataforma regional de conhecimento e inovação para a fileira agroalimentar” e PD.7. “Pacto para a qualificação, diferenciação e promoção da fileira turística”.

## Programa de Ação e Investimentos

### Programa de Ação

**Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir**

O conjunto de objetivos estratégicos definidos encontram plena relação com os eixos/ medidas a apoiar no âmbito do POR Norte e do PRODER. Para o efeito, a EDL do Douro Histórico possui cinco objetivos estratégicos fundamentais (atrás explanados) os quais integram medidas ligadas ao tecido empresarial, recursos endógenos, agricultura, turismo, emprego e inclusão. Para melhor compreensão enunciamos de forma esquemática a estrutura do plano de ação considerando a seguinte ordem, a saber: (1) objetivos estratégicos (ligar com o ponto “Objetivos e vocação específica do DLBC”); (2) objetivo temático e prioridade de investimento; (3) eixo/ medida; (4) principais resultados a atingir. OE1 | Promover a inclusão social e combater a pobreza através da inovação social e iniciativas locais para o emprego Objetivo temático 9; Prioridade de investimento 9.10 do FEDER (alinhado com a PI 8a do POR Norte) Eixo/ medida: “Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho” Principais resultados: 16 empresas a beneficiar de apoio; 23 postos de trabalho a criar; Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado – 1,4. OE2 | Dinamizar iniciativas inovadoras diversificando e reforçando a viabilidade das explorações agrícolas Instrumento: FEADER Eixo/ medida: “Pequenos investimentos nas explorações agrícolas” Principais resultados: 107 beneficiários/ projetos a apoiar; Explorações ou beneficiários apoiados na reestruturação ou modernização – 50% Eixo/ medida: “Pequenos investimentos de transformação e comercialização” Principais resultados: 11 beneficiários/ projetos a apoiar; Explorações ou beneficiários apoiados na reestruturação ou modernização – 50% Eixo/ medida: “Diversificação de atividades na exploração” Principais resultados: 13 beneficiários/ projetos a apoiar; Explorações ou beneficiários apoiados na reestruturação ou modernização – 50% Eixo/ medida: “Cadeias curtas e mercados locais” Principais resultados: 7 beneficiários/ projetos a apoiar; Explorações ou beneficiários apoiados na reestruturação ou modernização – 50% Eixo/ medida: “Promoção de produtos de qualidade locais” Principais resultados: 2 beneficiários/ projetos a apoiar; Explorações ou beneficiários apoiados na reestruturação ou modernização – 50% Eixo/ medida: “Renovação de aldeias (em territórios rurais)” Principais resultados: 9 beneficiários/ projetos a apoiar; Explorações ou beneficiários apoiados na reestruturação ou modernização – 50% Objetivo temático 9; Prioridade de investimento 9.19 do FEDER (alinhado com a PI 8a do POR Norte) Eixo/ medida: “Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios” Principais resultados: 20 empresas a beneficiar de apoio; Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado – 1,4. OE3 | Promover o empreendedorismo, as microempresas e o autoemprego como instrumento de combate ao desemprego Objetivo temático 9; Prioridade de investimento 9.6 do FSE (alinhado com a PI 8iii do POR Norte) Eixo/ medida: “Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho” Principais resultados: 61 pessoas a apoiar no âmbito da criação de emprego incluindo o auto-emprego; 50% de pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego incluindo autoemprego que permanecem 12 meses após o fim do apoio OE4 | Promover o turismo rural apoiado num desenvolvimento sustentável (património, ambiente e natureza) que recorre à eficiência energética e energias renováveis Objetivo temático 9; Prioridade de investimento 9.10 do FEDER (alinhado com a PI 6c do POR Norte) Eixo/ medida: “Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais” e; Eixo/ medida: “Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico - Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO” Principais resultados: Aumento do número de visitantes/ano a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio 403; 67 dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros; Efeito multiplicador do investimento público no investimento privado – 1,4. O objetivo OE5 “Promover e dinamizar ações de cooperação nacional e internacional e o trabalho em rede”, por se encontrar intimamente ligado com as questões da cooperação não se relaciona de forma direta com os objetivos temáticos, prioridades e eixos/ medidas previstas no presente aviso, havendo lugar à sua operacionalização através de outros instrumentos e medidas.

### **Definição da estratégia de desenvolvimento local**

OE1. Promover a inclusão social e combater a pobreza através da inovação social e iniciativas locais para o emprego Este objetivo procura mobilizar uma série de ações e instrumentos que contribuam para um desafio da região e do país: combater o desemprego, a pobreza e a exclusão social. Mas este desafio, onde as diferentes situações de desemprego, deve ser, no fundamental, concretizado através da promoção de iniciativas locais de produção e comercialização dos produtos endógenos e recorrendo a iniciativas de inovação social que tenham, sempre, o emprego, como desígnio central. A dimensão dos desafios associados ao despovoamento e às dinâmicas demográficas, não podem, nem devem, ser entraves às necessidades de se promoverem esforços redobrados de reverter a situação. Também, neste desafio, que este objetivo estratégico mobiliza, as ações para a promoção do emprego são um dos caminhos pertinentes para reter recursos, competências e pessoas. A associação de políticas públicas, consentâneas com as especificidades do território, e o envolvimento dos diferentes atores, com intervenção direta no emprego/ empregabilidade, em particular as empresas e os empresários, são condições para que este objetivo estratégico colabore para a concretização dos resultados: combater a pobreza e o desemprego. OE2. Dinamizar iniciativas inovadoras diversificando e reforçando a viabilidade das explorações agrícolas O território de intervenção, rural, de baixa densidade e de elevada riqueza nos seus produtos e tradições e valores, mobiliza o essencial deste objetivo estratégico: inovar e diversificar nos produtos, na organização e na comercialização. A base económica da região (vinha, vinha e fileira agro) será sempre o principal instrumento para “puxar” o território que, associado aos recursos humanos e financeiros disponíveis, contribuirão para inverter a preocupante situação e concretizar resultados mobilizados por este objetivo. Importa considerar a necessidade de mobilizar neste objetivo a cooperação e densificação de cadeias produtivas que gerem riqueza e valor para as pessoas e território. OE3. Promover o empreendedorismo, as microempresas e o autoemprego como instrumento de combate ao desemprego Este objetivo mobiliza as diferentes ações e iniciativas que promovam o combate ao desemprego, através de um empreendedorismo que mobilize e ative energias humanas e empresariais que, envolvidos em processos de cooperação e rede devem concretizar os resultados. A inovação social e as “novas formas de fazer” deve seguir um caminho de “experimentação” (da fase piloto para a disseminação), que os atores devem percorrer, no sentido de encontrarem as melhores respostas para os problemas, consequência das elevadas taxas de desemprego. OE4. Promover o turismo rural apoiado num desenvolvimento sustentável (património, ambiente e natureza) que recorre à eficiência energética e energias renováveis Mobilizar ações que promovam um turismo da natureza, aventura, cultural e religioso num território que tem “um bem”, reconhecido como património da humanidade (Alto Douro Vinhateiro), são desafios que colocam a necessidade de articular proteção e conservação, que qualifiquem o território. Os valores patrimoniais, culturais e ambientais, enquanto acervo e riqueza do território, têm de ser mobilizados para a atratividade e valorização económica do território mas os caminhos da sustentabilidade paisagista e ambiental devem ser trilhados e respeitados de acordo com os compromissos que o PIOT/ ADV consagra e que as diferentes entidades assumiram, junto da Unesco. Os recursos mobilizados para a concretização deste objetivo devem ser geridos com um critério de salvaguarda do “bem” mas que aposte na promoção da eficiência energética e nas energias renováveis, que permitam qualificar as aldeias e, nas ações e projetos que contribuam para uma resistência às alterações climáticas. OE5. Promover e dinamizar ações de cooperação nacional e internacional e o trabalho em rede Para a ADH, assente numa experiência de vários anos de gestão de iniciativas no território, este objetivo estratégico, de caráter transversal, é particularmente relevante para a concretização e mobilização dos outros objetivos e conseqüente concretização de resultados. A cooperação e o alargamento das parcerias e redes regionais, a promoção e a partilha das “boas práticas”, a nível nacional e internacional, são iniciativas que têm permitido à ADL desenvolver e concretizar iniciativas de particular relevo e impactos na região. Este objetivo mobiliza o envolvimento dos parceiros para a implementação e execução da EDL, apoiados em processos de participação, onde todos se revejam e sejam corresponsabilizados pelos benefícios e pelos custos. Os caminhos do trabalho em rede e parceria têm evidenciado que, os resultados e os impactos das intervenções de desenvolvimento territorial, são mais favoráveis para as populações e parceiros.

### Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Projectos de Criação do Próprio Emprego ou Empresa por desempregados ou inactivos que pretendam voltar ao mercado de trabalho	Empresas que beneficiam de apoio	3,00	16,00	Postos de trabalho criados	5,00	23,00	322 305,20€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios	Empresas que beneficiam de apoio	4,00	20,00	Postos de trabalho criados	6,00	28,00	402 881,50€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais.	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	101,00	403,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,02	0,07	40 288,15€
09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FSE	Projectos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	36,00	61,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	40,00	50,00	1 342 938,00€

99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos/beneficiários apoiados	48,00	107,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	35,00	50,00	1 145 674,87€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos de transformação e comercialização	Projetos/beneficiários apoiados	5,00	11,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	35,00	50,00	491 003,52€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Projetos/beneficiários apoiados	6,00	13,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	35,00	50,00	982 007,03€
99.M10 - LEADER	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Projetos/beneficiários apoiados	3,00	7,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	35,00	50,00	163 667,84€
99.M10 - LEADER	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos/beneficiários apoiados	1,00	2,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	35,00	50,00	163 667,84€

99.M10 - LEADER	FEADER	Renovação de aldeias (em territórios rurais)	Projetos/beneficiários apoiados	4,00	9,00	Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação ou modernização	35,00	50,00	327 335,68€
09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico - Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	101,00	403,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	0,02	0,07	40 288,15€

**Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)**

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
		Medida	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	

k

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de Áreas Classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais. Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico - Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO	Empresas que beneficiam do apoio (nº)	2,00	3,00				80 576,26€
99.M10 - LEADER	FEADER	Diversificação de atividades na exploração				Empregos Criados	6,00	20,00	982 007,03€
99.M10 - LEADER	FEADER	Pequenos investimentos de transformação e comercialização				Empregos criados	10,00	22,00	491 003,52€

09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	FEDER	Projectos de Criação do Próprio Emprego/Empresa por desempregados/inactivos que pretendam voltar ao mercado de trabalho; Projectos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou criação de novas empresas e pequenos negócios, da área da valorização e exploração de recursos endógenos do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas ;6c a) Património Cultural alínea ii) e 6c b) Património Natural alínea i)	Efeito Multiplicador do Investimento público no investimento privado	0,80	1,40	805 763,00€
------------------------------------------------------------------------------------------------	-------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------	------	------	-------------

**Total da Proposta de Contratualização por Fundo**

Fundo	Valor
FEDER	805 763,00€
FSE	1 342 938,00€
FEADER	3 273 356,78€
<b>Total</b>	<b>5 422 057,78€</b>

**Pressupostos**

Os pressupostos base para a definição dos montantes globais por fundo considerou: No contexto do FEADER: 1) Foi considerada a dotação que a EDL obteve no anterior período de programação nas medidas 3.1 e na ação 3.2.1 – 4.749.737 euros; 2) Foi considerado o histórico de dotação aprovada nos “pequenos investimentos agrícolas” na área de intervenção da EDL – 8.599.629 euros; 3) Foi considerado o histórico de dotação aprovada em projetos de “transformação e comercialização de produtos agrícolas” na área de intervenção da EDL – 932.514 euros; 4) No seu conjunto, estes três valores (1,2,3), totalizam 14.281.880 euros; 5) Aplicando a redução verificada na dotação global do FEADER, à escala nacional, face ao anterior período de programação (para 48%), passamos a dispor de – 6.855.302 euros (decrece para 48%); 7) Valor final – 6.855.302 euros. No contexto do FSE e do FEDER 1) Os valores considerados tiveram por base extrapolação da dotação prevista do FSE e FEDER, respetivamente, sobre os indicadores população residente e área de intervenção do GAL (com base em projeção da Federação Minha Terra). 2) Assim sendo: FSE – 2.366.348 euros; FEDER – 1.419.809 euros. No conjunto os três instrumentos – FEADER, FSE e FEDER – totalizam 10.641.459 euros. A dotação financeira agora apresentada de 5.422.057,78 € decorre da comunicação de decisão pelo ST.

### **Realização para Áreas de Cooperação (DLBC Rurais e Costeiros)**

Investigação aplicada à valorização dos recursos endógenos / agrícolas (vitivinicultura; fruticultura)  
Objetivos: Promover novas metodologias que contribuam para a melhoria da produção; Sensibilizar a população produtora sobre a necessidade de aplicação de boas práticas produtivas; aplicação de novas técnicas a todo o processo produtivo; criação de valor para os produtores mantendo a actividade agrícola de base.

Metas: Criação de mais valor aos produtos do sector primário sob diferentes prismas (melhoria das condições de produção; aprimoramento de espécies; massificação de uma identidade comum; diversificação de mercados pela via da valorização do produto) Mais Valias: Desenvolvimento de metodologias aplicadas à agricultura que promova o Douro como uma região charneira no desenvolvimento agrícola. Abertura de novos mercados muito sensíveis à dimensão ambiental da produção (Norte da Europa e Canadá). Parcerias : GAL BD e DS; ADVID; IVDP; UTAD

Enoturismo:Objetivos: Promover o enoturismo nos mercados prioritários; Reforçar o posicionamento do Douro como destino turístico de excelência.

Metas: Incrementar/valorizar o turismo do Douro pelo seu carácter inovador, organização e dimensão da oferta turística. Contribui para a concretização das metas no PDTVD, ARTD, PENT.

Mais-Valias: Desenvolvimento e valorização da oferta turística; promoção de efeito de escala para atingir o trade; abertura de novos mercados e reforço da visibilidade do Douro junto dos mercados prioritários. Parcerias: GAL BD e DS; IVDP; Turismo de Portugal

Turismo cultural e ambiental:Objetivos: Desenvolver acções de valorização do património incluindo-o em redes de fruição patrimonial nacionais e internacionais.

Metas: Contribuir para o aumento de visitantes ao território conforme metas estabelecidas para o sector no PENT e PVTVD.

Mais-Valias: Valorização do património e cultura; criação de massa crítica que promova o património a um verdadeiro "activo" territorial.

Parcerias: GAL nacionais e europeus com actividade realizada nesta temática

Promoção do Território /Captação de investimento:

Objetivos: Promover a valorização dos recursos do território; Alargar os mercados internacionais de procura pelos produtos do território; Captar investimento para a região; Contribuir para a internacionalização da economia do território.

Metas: Contribuir para o atingir das metas de captação de IDE definidas para o próximo período de programação e para o aumento dos mercados dos produtos do Douro; criação de um organismo que tenha a captação de investimento como a sua actividade "core".

Mais-valias: Incremento do IDE no Douro como ferramenta de criação de valor para o território através da participação de novos actores com diferente visão e dinâmica de investimento. Abertura do Douro a novos mercados. Geração de emprego e diversificação da economia regional. Parcerias : GAL BD e DS; AICEP; MNE

Cadeias curtas e mercados locais

Objetivos: Acrescentar valor aos produtos agrícolas nos mercados locais e circuito de abastecimento curtos, agrupamentos e organizações de produtores e organizações interprofissionais Metas: Contribuir para o aumento do consumo/comercialização dos produtos locais; dinamização dos mercados. Mais-valias: Criar sinergias e economias de escala, em áreas como a produção, o marketing e a comercialização; Partilha de conhecimentos e boas práticas; Cooperar para assegurar níveis de produção respondendo aos requisitos dos mercados. Parcerias : GAL BD e DS; CAP

## Modelo de Governação

### Modelo de Governação

**Modelo de gestão e organização que assegure a prossecução da EDL com eficácia e eficiência, incluindo descrição**

O modelo de governação estabelece o modelo de gestão cujos procedimentos garantem a participação activa de todos os constituintes da parceria (associados e não associados) assegurando simultaneamente a segregação de funções técnicas e de decisão. Compreende 3 Órgãos:

**Assembleia-geral (AG)** – composto por todos os parceiros associados, é o órgão deliberativo para a EDL. Para além das disposições estatutárias que lhe estão adstritas tem como função: promover a participação económica, social, institucional e acompanhamento da EDL; aprovar a EDL, plano de Acção, regulamentos específicos e manual de procedimentos; proceder à animação, acompanhamento da implementação da EDL; apreciar as propostas dos relatórios de execução e avaliação assim como aprovar as propostas de revisão e reprogramação da EDL; apreciar os pareceres e comunicações do CC e deliberar sobre as recomendações efetuadas. **Órgão de Gestão (OG)** – Nomeado pela AG é composto por 7 elementos sectores diversificados e representativos da parceria. Assume a responsabilidade pelo exercício de competências de gestão do programa garantindo a dinamização/gestão da EDL e gestão técnica, administrativa/financeira do GAL; aprovar o Manual de Procedimentos; definir os avisos de concurso, critérios de selecção, mecanismos de informação e acompanhamento e validar as ferramentas de análise, avaliação e decisão das Operações ao PDR 2020 e PORN, com base nos Pareceres Técnicos, regulamentos/orientações das AG dos Programas; aprovar os Relatórios de Execução Anual da EDL. Presta à AG as informações relevantes e pertinentes sobre a execução da DLBC, designadamente no que respeita a realizações, resultados e impactos, aos órgãos técnicos de coordenação e monitorização estratégica, operacional e financeira. Sob a égide deste órgão é constituída a ETL que assegurará o apoio técnico, administrativo e logístico.

**Conselho Consultivo (CC)** - Criado pela AG é composto pelos parceiros associados e não associados possui uma função auxiliar sendo um fórum de diálogo e cooperação salvaguardando o consenso para o alcance dos objetivos e metas delineados para o TI. É da sua competência apreciar a EDL e aconselhar alterações que concorram para a sua adequada execução no território, assegurar a participação dos parceiros locais na implementação, acompanhamento, avaliação da EDL aprovada e emitir pareceres sobre matérias específicas que lhe sejam propostas.

**Equipa Técnica Local (ETL)** – Em plena articulação com o OG, está uma equipa multidisciplinar, heterogenia, multifacetada e com experiência de trabalho nas questões de desenvolvimento rural e gestão de fundos comunitários:

**Coordenação** - reporta diretamente ao OG, tem como missão participar nas reuniões deste órgão garantindo o desenvolvimento de todas as atividades inerentes à gestão técnica e operacional da implementação da EDL. **Equipa Técnica** - tem como funções principais elaborar todos os documentos relativos à apresentação e análise das candidaturas assim como pedidos de pagamento, acompanhamento e execução das operações assim como as propostas dos avisos de abertura de concurso. **Departamento Técnico de Planeamento e Projectos**: emitir pareceres técnicos das candidaturas apresentadas; proceder à pontuação dos pedidos de apoio com base nas valias globais de operação. **Departamento de Acompanhamento/Animação**: análise dos pedidos de pagamento; controlo in loco das operações apoiadas; recolha dados estatísticos, físicos, financeiros e outros relativos à execução das operações; informação da população local; criar dispositivos de participação dos parceiros locais na implementação, acompanhamento e avaliação da EDL, assim como dinamizar a estratégia de cooperação do GAL estabelecendo contactos com outros GAL e parceiros ativos para o desenvolvimento de ações comuns. **Departamento Administrativo/Financeiro**: recolha e tratamento de dados relativos à execução da EDL para a elaboração dos indicadores de acompanhamento; realizar a avaliação contínua da EDL e os relatórios de execução. O funcionamento é regulado pelo Manual de Procedimentos a aprovar em AG, após parecer do CC, produzido em coordenação com o OG e a ETL. No acesso aos apoios, os beneficiários têm como interlocutor principal o departamento de análise. Tomada a decisão, o OG remete a informação ao departamento administrativo que comunicará à autoridade de Gestão do PDR2020 que, por sua vez, tomará as diligências necessárias para a contratualização do pedido de apoio. O Departamento de Acompanhamento/Animação será responsável pelo processo de acompanhamento da execução (verificação física no local; análise documental; comprovação da despesa; emissão de relatórios de acompanhamento; bem como assegurar a animação do território). Compete ao coordenador assegurar o correto funcionamento departamental, representar a ETL perante demais órgãos do GAL, bem como verificar o cumprimento da segregação de funções da ETL. Este modelo será adaptado ao estabelecido para os fundos FSE, FEDER e FEADER.

### **Mecanismos de acompanhamento e avaliação, que garantam a monitorização e reajustamentos à EDL, tendo em vista os resultados contratualizados**

O acompanhamento da implementação da EDL será realizado ao nível dos diferentes órgãos que integram o modelo organizacional, no âmbito das funções que lhes estão atribuídas assegurando a segregação de funções e mecanismos de prevenção de conflitos de interesse e de redução do risco de fraude. Como

instrumentos de acompanhamento, podemos, em primeira estância destacar um grupo de documentos de governação:

- o Manual de procedimentos – Documento central que regula a aplicação do DLBC no nosso TI, e que estabelece os princípios e regras de funcionamento que o Grupo de Ação Local deve observar enquanto organismo Intermédio, nomeadamente, no que se refere à apresentação e análise dos pedidos de apoio, pedidos de pagamento, acompanhamento e execução das operações, de acordo com as orientações técnicas das autoridades de gestão dos fundos financiadores.
- o Regulamentos específicos das medidas e ações que compõem o plano da EDL;
- o Mapas de controlo de projeto, onde constam os dados da execução do investimento e respetiva comparticipação, o investimento a realizar, prazos de apresentação dos pedidos de pagamento, no sentido de verificar o cumprimento dos prazos previstos nos contratos de financiamento;
- o Quadros de execução dos projetos aprovados, com indicação do investimento realizado e correspondente comparticipação, no sentido de avaliar o nível de execução global da EDL, permitindo ao mesmo tempo, uma análise detalhada de cada projeto;
- o Mapa de controlo orçamental do projeto (por pedido de pagamento), onde é registada a execução em cada pedido de pagamento e aferida a execução por rúbrica de investimento, tendo por base o orçamento aprovado;
- o Pareceres técnicos relativos a pedidos de alteração ao projeto, onde consta a análise técnica, fundamentada nos dados da execução, bem como, no cumprimento dos termos e objetivos para o qual o pedido de apoio tinha sido apresentado e concedido;
- o Relatórios de controlo in loco, que devem, entre outras, evidenciar que os pagamentos efetuados aos beneficiários podem ser comprovados por documentos contabilísticos ou outros mantidos pelos beneficiários; que a natureza e o período de realização da despesa respeitam as disposições comunitárias e correspondem às especificações aprovadas da operação;
- o Relatórios intercalares de execução, onde consta para além do ponto de situação da implementação da EDL, os desvios que possam estar a ocorrer e propostas de correção;
- o Relatórios Finais de execução, onde constam dados de todo o processo de implementação da EDL.

No que se refere às ações de acompanhamento, estas decorrem em duas fases: Acções de acompanhamento em contínuo e ações de controlo “ex post”. Neste caso, é verificado todo o histórico de aplicação dos fundos nas operações, cumprimento das disposições legais e num momento ulterior avaliado o impacto da aplicação dos mesmos.

No seguimento do referido anteriormente, os instrumentos e ações destacadas, são a base para a montagem do dispositivo de monitorização das execuções físicas e financeiras das operações financiadas de forma a detetar desvios relativamente ao previsto e a identificar as medidas de gestão necessárias à sua correção. A monitorização incidirá também sobre os resultados e impactos dos projectos e ações apoiadas sobre o território de intervenção de forma a identificar os respetivos contributos para os resultados esperados da EDL.

É, nesse sentido, que consideramos que a avaliação assume um papel crucial na implementação de todo o processo. Metodologicamente contribuirá, decisivamente, para uma melhoria contínua ao introduzir flexibilidade na condução dos processos face aos progressos verificados, na análise e rectificação de desvios e, igualmente, na verificação do impacto das medidas implementadas. A avaliação aferirá também a pertinência dessas medidas para o cumprimento dos objectivos traçados e ajudará a criar o registo de percurso, fundamental para todo o território. Para a adequada implementação da EDL, o modelo de avaliação contempla duas perspectivas: a avaliação externa e a avaliação interna.

No que se refere à avaliação externa, a realizar por uma entidade independente e discutida no quadro do Conselho Consultivo e da Assembleia Geral do GAL contemplará 3 momentos: avaliação ex-ante, avaliação intercalar e avaliação ex-post.

A avaliação ex-ante, realizada em fase pré-projeto, é um exercício de avaliação que serviu de base à elaboração dos planos, intervenções e complementos de programação. Tem como principal finalidade apreciar a adequação da estratégia face ao diagnóstico efectuado, englobando a análise da relevância e coerência interna e externa da intervenção que se propõe em termos de estrutura técnica e articulação da programação com o orçamento estabelecido.

A avaliação intercalar tem como objectivo analisar os primeiros resultados do Programa, proceder à recolha e tratamento de dados estatísticos, físicos, financeiros e outros relativos às medidas e ações, bem como sobre a execução da EDL, para a elaboração dos respectivos indicadores de acompanhamento e para os estudos de avaliação estratégica e operacional. Será realizada no 3º ano de implementação e constitui-se como instrumento fundamental para o corrigir de rumo na adequação da metodologia de implementação com

vista ao cumprimento dos objectivos/metaprogramados em confronto com o executado.

A avaliação ex-post destina-se a dar conta da utilização dos recursos, da eficácia das intervenções e do seu impacto. Incidirá nos factores de êxito ou de insucesso da execução bem como nas realizações e nos resultados, incluindo a sua sustentabilidade. É constituída por 2 momentos: o primeiro em fase última de conclusão do programa e o segundo no máximo nos 2 anos subsequentes no qual será avaliado o impacto do mesmo no território com base nos indicadores de resultados definidos.

Em relação à avaliação interna propõe-se implementar um sistema de gestão de qualidade, que será a ferramenta de avaliação contínua da implementação. Os processos de suporte e operativos do sistema permitirão monitorizar a correta implementação da EDL. Este sistema será coordenado pela equipa técnica sob orientação da Coordenação que terá por missão emitir, em articulação com o Órgão de Gestão, relatórios semestrais a ser apreciados pelo Conselho Consultivo e que funcionará como ponto de situação da implementação do programa em permanência.

## Documentos

Tipo	Nome	Data	Utilizador
Outros	Curricula - ETL.rar	27/07/2015 10:58	192492861
Outros	Curriculum ADH.pdf	24/07/2015 17:28	192492861
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-050.pdf	20/11/2015 14:29	
Órgão de Gestão e da Estrutura Técnica Local	Orgão de Gestão e ETL da ADH.pdf	27/07/2015 11:09	192492861
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-118.pdf	24/09/2015 11:23	
Outros	Indicadores_FEADER30092015-Final.xlsx	09/12/2015 09:56	192492861
Protocolo de parceria	PROTOCOLOS DIGITALIZADOS_2ªfase.rar	23/07/2015 15:27	192492861
Outros	DLBC Rural_DOURO HISTÓRICO_IndicadoresFSE,FEDER-final.xlsx	09/12/2015 09:58	192492861
Comprovativo	Comprovativo da Candidatura DLBC 2ªFase DLBC-99-2015-02-050.pdf	27/07/2015 11:37	192492861

### Resumo dos Dados:

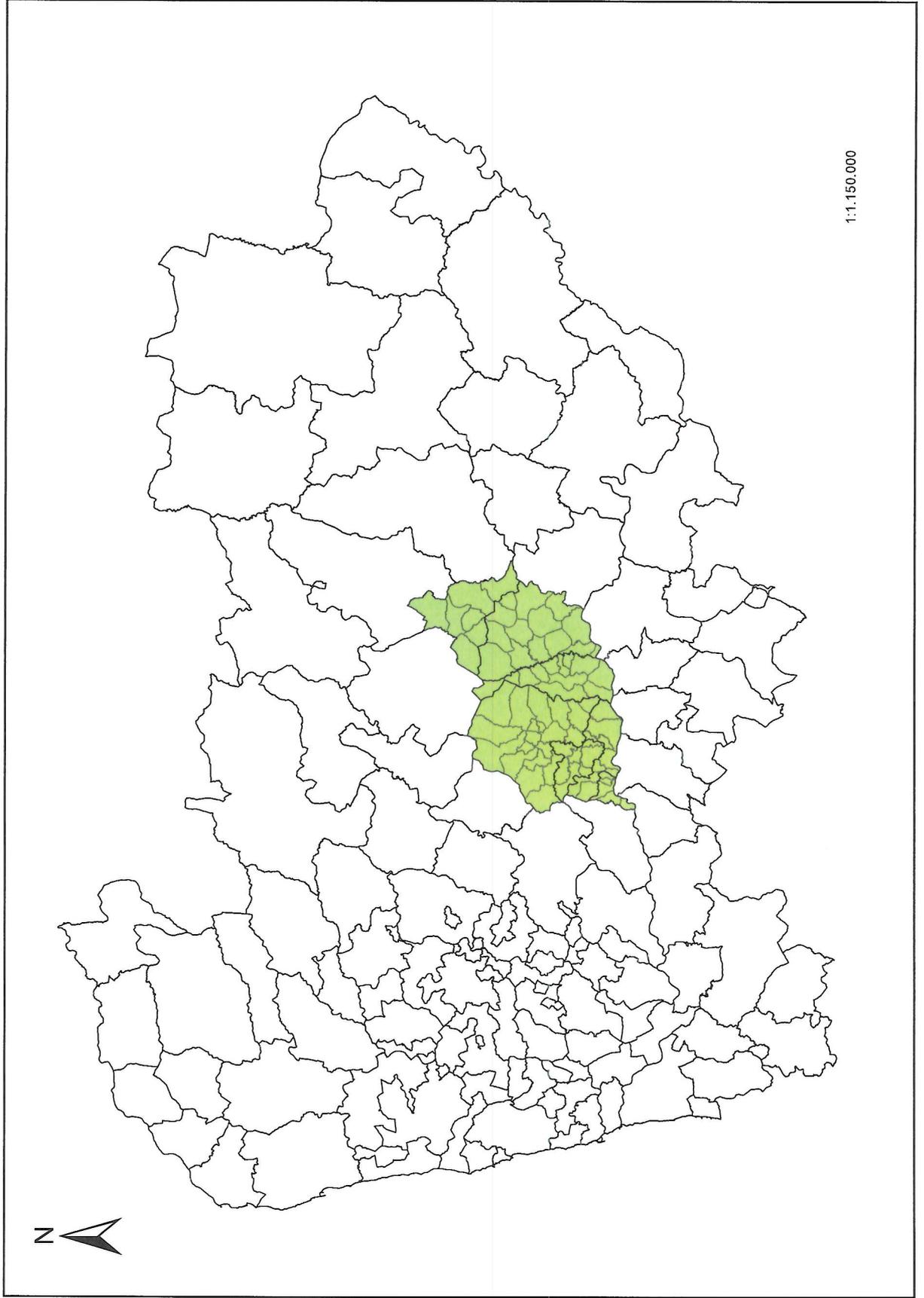
Nome Beneficiário	ASSOCIAÇÃO DO DOURO HISTORICO	NIF	502577916
Submetido por	MARIA MANUELA CASCÃO REI PIRES	NIF	192492861
Data de Submissão	10-12-2015		

\*  
2

## ANEXO 2



DLBC RURAL: GAL DOURO HISTÓRICO





+  
e  
g  
d

## Território de Intervenção - DOURO HISTORICO

Concelho	Freguesia	N.º Residentes Habitações
ALIJÓ	Alijó	2635
	Favaios	1064
	Pegarinhos	465
	Pinhão	648
	Sanfins do Douro	1495
	Santa Eugénia	333
	São Mamede de Ribatua	728
	Vila Chã	533
	Vila Verde	622
	Vilar de Maçada	915
	União das freguesias de Carlão e Amieiro	800
	União das freguesias de Castedo e Cotas	618
	União das freguesias de Pópulo e Ribalonga	508
	União das freguesias de Vale de Mendiz, Casal de Loivos e Vilarinho de Cotas	578
MESÃO FRIO	Barqueiros	701
	Cidadelhe	171
	Oliveira	391
	Vila Marim	1243
	Mesão Frio (Santo André)	1927
MURÇA	Candedo	1002
	Fiolhoso	452
	Jou	654
	Murça	2136
	Valongo de Milhais	329
	União das freguesias de Carva e Vilares	472
	União das freguesias de Noura e Palheiros	907
PESO DA RÉGUA	Fontelas	781
	Loureiro	1154
	Sedielos	911
	Vilarinho dos Freires	950
	União das freguesias de Galafura e Covelinhas	886
	União das freguesias de Moura Morta e Vinhós	1024
	União das freguesias de Peso da Régua e Godim	9959
	União das freguesias de Poiares e Canelas	1466
SABROSA	Celeirós	222

Concelho	Freguesia	N.º Residentes Habitações
	Covas do Douro	444
	Gouvinhas	267
	Parada de Pinhão	309
	Paços	762
	Sabrosa	1202
	São Lourenço de Ribapinhão	407
	Souto Maior	487
	Torre do Pinhão	342
	Vilarinho de São Romão	294
	União das freguesias de Provesende, Gouvães do Douro e São Cristóvão do Douro	612
	União das freguesias de São Martinho de Antas e Paradela de Guiães	1013
SANTA MARTA DE PENAGUIÃO	Alvações do Corgo	477
	Cumieira	1146
	Fontes	835
	Medrães	505
	Sever	714
	União das freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane	3010
	União das freguesias de Louredo e Fornelos	669
VILA REAL	Abaças	965
	Andrães	1389
	Arroios	1117
	Campeã	1375
	Folhadela	2261
	Guiães	478
	Lordelo	3169
	Mateus	3400
	Mondrães	1065
	Parada de Cunhos	1939
	Torgueda	1382
	Vila Marim	1742
	União das freguesias de Adoufe e Vilarinho de Samardã	2895
	União das freguesias de Borbela e Lamas de Olo	2761
	União das freguesias de Constantim e Vale de Nogueiras	1856
	União das freguesias de Mouços e Lames	3402

Concelho	Freguesia	N.º Residentes Habitações
	União das freguesias de Nogueira e Ermida	964
	União das freguesias de Pena, Quintã e Vila Cova	819
	União das freguesias de São Tomé do Castelo e Justes	1283
	União das freguesias de Vila Real (Nossa Senhora da Conceição, São Pedro e São Dinis)	17588
	<b>Total População DOURO HISTORICO</b>	<b>105 025</b>

X  
E  
S  
P



\*  
C  
2

# ANEXO 3



Investimento, Ações e Metas: DIBC Rural 99-2015-02-050 – DOURO HISTÓRICO

PI	Fundo	Eixo/Medida	Indicador de Realização		Indicador de Resultado		Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	
9.6	FSE	8iii b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou nativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	36	61	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	50% 1 342 938,00
							Total FSE 322 305,20
	FEDER	8a b) Projetos de criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou nativos que pretendam voltar ao mercado de trabalho.	Empresas que beneficiam de apoio	3	16	Postos de trabalho criados	5 23
	FEDER	8a g) Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios, designadamente na área da valorização e exploração de recursos endógenos, do artesanato e da economia verde, incluindo o desenvolvimento de empresas em viveiros de empresas.	Empresas que beneficiam de apoio	4	20	Postos de trabalho criados	6 402 881,50
9.10	FEDER	6c a) Património Cultural: ii) Proteção, valorização, conservação e promoção do património histórico e cultural com elevado interesse turístico, incluindo em particular aquele que já é Património da Humanidade reconhecido pela UNESCO.	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	101	403	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	17 67 40 288,15
	FEDER	6c b) Património Natural: i) Criação e requalificação de infraestruturas de apoio à valorização e visitação de áreas classificadas, bem como outras áreas associadas à conservação de recursos naturais, incluindo sinalética, trilhos, estruturas de observação e de relação com a natureza, unidades de visitação e de apoio ao visitante, rotas temáticas, estruturas de informação, suportes de comunicação e divulgação.	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	101	403	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	17 67 40 288,15
	FEDER		Nº Estratégias	1	1	Efeito Multiplicador do Investimento público no Investimento Privado	0,8 1,4
							Total FEDER 805 763,00
							Total 2 148 701,00

X  
M  
B  
D



Quantificação das metas dos indicadores de desempenho do contrato (realização e resultado) para 2018 e 2023

ASSOCIAÇÃO DO DOURO HISTORICO

PO	PI/ Medida	Fundo	Tipologia	Indicadores Investimento			Indicador de resultado			Dotação FUNDO a contratar
				Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
PDR2020	99.M10	FEADER	Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Projetos apoiados	48	107	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados			1 145 674,87
PDR2020	99.M10	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Projetos apoiados	5	11	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	10	22	491 003,52
PDR2020	99.M10	FEADER	Diversificação de atividades na exploração	Projetos apoiados	6	13	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados	6	20	982 007,03
PDR2020	99.M10	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais	Projetos apoiados	3	7	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados			163 667,84
PDR2020	99.M10	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais	Projetos apoiados	1	2	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados			163 667,84
PDR2020	99.M10	FEADER	Renovação de aldeias	Projetos apoiados	4	9	Empregos criados através de projetos LEADER apoiados			327 335,68
PDR2020	99.M10	FEADER	Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas				Explorações ou Beneficiários apoiados, na reestruturação	48	107	
PDR2020	99.M10	FEADER	Pequenos investimentos na transformação e comercialização				Beneficiários apoiados, na modernização	5	11	
PDR2020	99.M10	FEADER	Diversificação de atividades na exploração				Explorações ou Beneficiários apoiados	6	13	
PDR2020	99.M10	FEADER	Cadeias curtas e mercados locais				Beneficiários apoiados	3	7	
PDR2020	99.M10	FEADER	Promoção de produtos de qualidade locais				Beneficiários apoiados	1	2	
PDR2020	99.M10	FEADER	Renovação de aldeias				Beneficiários apoiados	4	9	
									<b>Total</b>	<b>3 273 356,78</b>

